

Das instituições aos «grupos de apartamento»

F. CARUGATI(*)

1. Na maior parte dos países da Europa, a assistência social à infância realiza-se ainda frequentemente através da colocação em instituições que apresentam todas as características de internato.

Supõe-se que tais instituições existem e foram criadas para responder a necessidades sociais reais e que por conseguinte devem assumir funções cada vez mais especializadas, ligadas às diferentes categorias de indivíduos a assistir (crianças abandonadas, diminuídos físicos, débeis mentais, etc.).

Tal lógica exige que se trabalhe para fazer progredir as instituições «de acordo com as necessidades» criando novas e melhorando as que já existem.

No entanto, análises mais próximas da complexidade dos problemas mostraram (Carugati *et al.*, 1973) que as instituições pré-existem, com os seus edifícios, os seus aparelhos de organização, as suas regras de funcionamento, as necessidades às quais afirmam responder e se tornam instrumentos de assistência social redutivos porque escondem exigências sociais a diferentes níveis (necessidade de serviços sociais para todos os jovens, por exemplo) e obrigam ao

internamento de jovens cujas necessidades são frequentemente muito diferentes.

2. Mas o que são estas instituições-internatos?

Podemos considerá-las globalmente como entidades sociais com o seu meio físico e organização próprios, com o objectivo de intervir ao nível de certas necessidades ou carências da população infantil. Utilizamos a este respeito o termo de *organização*, pois as instituições para menores fazem parte de todo um sistema de assistência, enquanto entidades complexas, capazes de prestar os serviços indispensáveis à satisfação das necessidades de alojamento, escolarização e outras, da população nelas colocada. Tudo isso unicamente com um objectivo de educação ou de cura-reabilitação. Mas tal definição, se permite por um lado compreender a perspectiva apresentada pelas diversas organizações, denota por outro lado que se dissimulam as múltiplas contradições do sistema de assistência aos menores: sob o nome de institutos para crianças abandonadas, de orfanatos para crianças pobres ou desamparadas, encontram-se instituições que acolhem menores cujas necessidades estão ligadas à precaridade do trabalho dos pais, à morte de um deles, à carência dos serviços

(*) Neuropsiquiatra. Professor no Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina de Bolonha.

escolares, ao moralismo que envolve ainda fortemente a situação da mãe solteira, à percentagem elevada de insucesso escolar na escola obrigatória, ao fenómeno de emigração que divide e dispersa membros de tantas famílias.

Estes internatos apresentam-se também como organizações económicas que têm uma incidência frequentemente determinante na dinâmica económica e social de uma região, da mesma maneira que os complexos industriais ou militares. Além disso, investir capitais nestas instituições pode ser rentável, quer para confrarias religiosas quer para particulares ou sociedades privadas.

Estas observações ajudam a compreender que a preocupação máxima dos responsáveis das instituições seja «enchê-las». E para tal, não se hesita frequentemente em efectuar verdadeiras «deportações» de crianças, estas operações passam por «arrancar» menores do seu contexto de origem e provocam graves problemas de redefinição da realidade social e da identidade pessoal (Carugati *et al.*, 1973). O facto de uma prática tão grave e comum ser considerada normal pelos responsáveis das instituições, é a prova mais explícita de que a lógica de uma verdadeira empresa preside à organização e condução das instituições de assistência e de reabilitação.

As considerações precedentes mostram que os fins a que se destinam as instituições para menores são sobretudo os de esconder as contradições sociais que se exprimem ao nível da infância, de as esconder reduzindo-as a problemas individuais, enquanto que na realidade essas contradições são de tipo estrutural; trata-se ou de uma mistificação, já que se nega a conexão entre contexto social e fenómeno observado (estando-se convencido que este fenómeno é inevitável) ou de uma reificação já que os «casos» são colocados nos limbos, onde tempo, espaço e história pessoal não são considerados senão através da lógica da instituição.

As instituições para menores são pois entidades que objectivamente desenvolvem uma acção eficaz de equilíbrio das contradições sociais. Por isso a sua lógica interna só pode bloquear todo o desenvolvimento de acções de tipo libertador. E isso, como acabámos de ver, por razões precisas de ordem económica e estrutural.

Podemos abordar o problema das instituições de um outro ponto de vista.

Qualquer colocação em instituição só é regulamentar do ponto de vista médico e/ou administrativo se houver a confirmação de um clínico chamado a estabelecer um diagnóstico. Ora, se é verdade que os diagnósticos são o produto de disciplinas como a neurologia, a psiquiatria, a psicologia clínica, é preciso dizer que o seu estatuto científico se deve mais às orientações teóricas que têm maior prestígio dentro de cada disciplina, do que à eficácia dos diagnósticos na sugestão de instrumentos terapêuticos.

Por outro lado é preciso mesmo reconhecer que em sectores cruciais para a infância, tais como o atraso mental, por exemplo, os diagnósticos são na realidade operações de classificação que se limitam a situar casos individuais na nosografia corrente sobre a qual continuam a persistir dúvidas, incertezas e desacordos.

Isto é de tal forma verdadeiro que as actualizações frequentes das classificações utilizadas internacionalmente (Tarjan *et al.*, 1972) levam sistematicamente a discussões (Zimmermann Tansella, 1974) das quais não se extrai praticamente nada ao nível teórico e terapêutico.

Além do mais, os instrumentos teóricos usados e considerados como os principais indicadores de um síndrome não foram modificados desde há dezenas de anos, testemunhando mais uma vez o impasse em que se encontram as teorias explicativas do atraso mental, os insatisfatórios sistemas nosográficos, os instrumentos de medida e os tratamentos terapêuticos.

Mas o diagnóstico não é unicamente uma operação que se realiza no interior de uma sala de consulta em privado: o diagnóstico deve ser considerado do ponto de vista psicossocial, como uma forma de categorização social (Tajfel, 1972) visando produzir objectivações de comportamentos ou *handicaps* psicofísicos e sobretudo definições de identidades sociais «defeituosas»; através desta operação que começa no interior de uma sala de consulta mas que se difunde bem depressa nos meios sociais, atribuem-se aos indivíduos características estáveis e imutáveis de *handicap* e/ou anormalidade.

No momento em que é estabelecido oficialmente por qualquer especialista, o diagnóstico torna-se o instrumento necessário e suficiente para justificar a tomada a cargo por instituições que podem ser consideradas deste ponto de vista como verdadeiros «braços seculares» da psicopatologia seja ela de orientação organicista ou psicodinâmica.

O que significa para um menor ser colocado numa instituição? Significa encontrar-se na esfera de influências de um sistema de forças cuja origem o ultrapassa, que o controla e manipula continuamente.

Por outro lado, independentemente da situação emocional e dos problemas que o indivíduo sente como fundamentais ele é definido, devido ao facto de ter sido colocado na instituição, como ilegítimo, atrasado escolar, inadaptado, caracterial, débil mental, como *handicap*, frágil, miserável... e devido a esta mesma definição é levado a comportar-se como se o seu problema fosse exclusivamente o que a instituição colocou.

Dito por outras palavras, o indivíduo é colocado no interior de um campo de forças que lhe é anterior e que o leva não só a comportar-se de uma forma inadaptada à situação mas também a definir-se em relação aos Outros (ex.: mestres, autoridades adultas...) segundo certos esquemas conformes às expectativas sociais. O sujeito é assim confirmado na sua identidade unica-

mente quando estabelece relações que estão de acordo com os papéis que lhe foram designados. E se tenta estabelecer relações a outros níveis nem sempre é tomado em consideração pelos seus interlocutores, os quais sabem que ele cedo ou tarde se adaptará à situação. De facto, os menores sabem que só serão aceites se corresponderem à expectativa dos adultos. E os adultos não se afastam das prescrições dos seus papéis.

Neste contexto institucional o papel do educador é definido estritamente pela instituição, que prevê as funções e condutas adequadas. A única relação possível entre os parceiros é a determinada, permitida e predefinida pela própria instituição. Os menores adaptam-se e assumem os comportamentos e definições da situação considerados como positivos pela direcção, e ao mesmo tempo assumem uma identidade pessoal caracterizada pela expectativa dos adultos.

A partir disto podemos pensar que o processo de socialização no quadro das instituições e no seu esquematismo rígido conduz à constituição de uma identidade rígida e dependente, presa aos aspectos concretos da situação actual e incapaz de enfrentar o «social» com projectos, planos de acção realistas. Juntam-se a estes outros problemas conhecidos ligados à origem social destes menores (linguagem, rendimento escolar...) e também efeitos da institucionalização precoce sobre o desenvolvimento cognitivo e emocional.

3. Nos últimos dez anos desenvolveu-se em Itália a crítica das funções atribuídas às instituições de assistência e de controlo da *déviance*. Assistiu-se, nomeadamente, por parte dos técnicos e dos organismos políticos e culturais, à denúncia das consequências da colocação em instituições para menores, idosos, indivíduos com *handicaps* e débeis mentais (numa palavra, os cidadãos mais desfavorecidos em relação à lógica imposta pela actual organização do trabalho).

A luta contra a institucionalização encontrou suporte nas leis sobre a adopção especial e a criação de centros de higiene mental. Um dos mais importantes resultados desta luta foi o empenhamento progressivo de numerosas administrações locais (comunas e províncias) que procuraram realizar no campo das suas competências outras formas de intervenção: entre elas a redução do número de indivíduos colocados em instituição, graças ao apoio económico às famílias e à constituição de equipas especializadas que davam consultas ao domicílio, em escolas e locais de trabalho. Outras formas de intervenção procuraram soluções para os problemas de inserção profissional dos jovens diminuídos e dos doentes saídos de serviços psiquiátricos. Na mesma perspectiva realizaram-se na Emilia Romagna algumas intervenções a nível de pequenos grupos de pré-adolescentes e de adolescentes. Tais intervenções foram chamadas, de uma maneira informal, «grupos de apartamento», pois foram utilizados apartamentos comuns para acolher alguns menores acompanhados por dois ou três educadores.

Este fenómeno, a partir dos finais de 1970, tomou certas proporções nas cidades da Emilia Romagna e apresentou-se desde logo como uma possibilidade de ultrapassar a assistência institucional tradicional. É evidente que estas iniciativas de tipo prevenção-readaptação foram possíveis graças a uma modificação da política social das autoridades. Foi nesta perspectiva política global que se tornou possível apreender em profundidade o significado destas iniciativas.

A primeira destas experiências foi feita em Bolonha durante o ano de 1970-1971. Foi possível a partir do encerramento de uma instituição de caridade que albergava uma centena de raparigas dos seis aos dezoito anos.

Esta instituição fora obrigada a fechar no seguimento da demissão do pessoal religioso em conflito com o Conselho de Administra-

ção, vendo-se este na necessidade de encontrar uma nova solução. Dirigiu-se ao Instituto de Psicologia de Bolonha que propôs as seguintes medidas:

- uma ajuda financeira permitindo o regresso das raparigas colocadas na instituição por razões económicas, ao meio familiar;
- uma forma de «internato de dia» para as que deveriam ficar na cidade por razões de estudo ou de trabalho;
- a organização de pequenos grupos autónomos para todas as que não podiam voltar para as famílias.

Foi assim que começaram as experiências dos «grupos de apartamento», com as seguintes características:

- compunham-se de seis a oito raparigas menores agrupadas segundo o nível etário como já o estariam na instituição, com três educadoras. Cada um destes grupos era alojado num apartamento comum em vários bairros da cidade;
- o pessoal era recrutado quer entre estudantes frequentando ou tendo terminado a licenciatura na Faculdade de Ciências da Educação, quer entre diplomados pela escola de Assistentes Sociais;
- a administração pagaria um salário a uma das três educadoras, ficando as outras duas em situação de *au pair*;
- todos os adultos viviam permanentemente no apartamento onde também dormiam;
- a administração dava a cada responsável uma soma de dinheiro destinada a subvencionar as necessidades correntes do grupo, soma calculada em função das subvenções atribuídas anteriormente na instituição. Por outro lado, a administração pagaria directamente as despesas correntes de alojamento, gás e electricidade.

Igualmente a cargo da administração uma empregada de limpeza asseguraria os trabalhos caseiros.

Todas as raparigas frequentariam escolas públicas, de preferência as do seu bairro. A vida quotidiana era organizada de maneira autónoma por cada grupo, em função dos horários de cada um dos seus membros.

Esta experiência terminou ao fim de um ano, tendo todas as raparigas voltado para as respectivas famílias, o que foi possível devido a uma ajuda financeira dada a estas últimas. Mas serviu de ponto de referência a todas as experiências que se seguiram e que foram conduzidas desta vez sob a autoridade da administração comunal de Bolonha, a partir de Outubro de 1972. Esta administração foi obrigada a fechar, ao fim de dois anos, uma instituição de 120 membros, cuja gestão assegurava directamente.

A partir de 1972 formaram-se quatro «grupos de apartamento» entre os quais um para jovens dos 16 aos 20 anos. Acolhiam casos de inadaptação social e de debilidade mental média, a fim de evitar a sua institucionalização. Podemos assinalar algumas diferenças relativamente à primeira experiência: o número de jovens era no máximo de cinco; os educadores eram todos assalariados da Municipalidade (professores ou pessoal auxiliar), voluntários para a experiência e tendo um estatuto administrativo preciso. A sua presença no apartamento obedecia a horários fixos e era rotativa. Não havia empregados de limpeza e todas as tarefas domésticas eram asseguradas pelos adultos. Os menores iam à escola das 8.30 às 17.30 horas e almoçavam na própria escola. Os adultos eram directamente responsáveis do grupo e tomavam a iniciativa de organizar a vida quotidiana, sem ter de prestar justificações detalhadas das despesas.

A maior parte da vida dos jovens desenrolava-se assim no exterior do grupo, à semelhança da de todos os outros jovens.

Experiências análogas foram igualmente feitas no período de 72-76 em Ravena (2),

Ferara (4) e Imola (4), com algumas diferenças locais consoante os adultos asseguravam uma presença contínua ou alternada.

Para avaliar o grau de inovação destas experiências propomos os seguintes critérios:

- autonomia económica relativamente à administração responsável; possibilidade de controlo pelos comités de bairro; integração dos grupos nos serviços locais de segurança social;
- possibilidade de utilização de apartamentos nos bairros da cidade, do mesmo nível social que a família de origem, dimensão de acordo com o número de membros do grupo que permita uma ligação aos problemas concretos e o desenvolvimento de relações interpessoais significativas;
- elasticidade das funções dos adultos e ausência de predefinição rígida das figuras educativas (casal, figura materna ou paterna);
- carácter temporário da experiência em função das necessidades específicas e reconhecidas como tais pelas autoridades locais.

Todos os grupos que referenciamos (Carugati, Emiliani, Palmonari, 1977) tinham plena autonomia económica relativamente à autoridade local e utilizavam apartamentos nos bairros das cidades; as divisões não estavam vedadas, podendo ser utilizadas a qualquer momento do dia; os rapazes podiam ficar sós ou com os camaradas sem regras rígidas ou controlo por parte dos adultos; os horários eram estabelecidos segundo as necessidades quotidianas dos membros (escola, trabalho, etc.) e não pelos adultos ou pela administração responsável.

Isto não significa que se tratasse de grupos absolutamente informais, sem regras, tipo *laisser-faire*; é no entanto verdade que nestas condições se criou um clima relacional que permitiu, na maior parte dos casos, o desenrolar de processos dinâmicos muito frutuosa.

As condições que acabámos de indicar constituíram o suporte dos processos de transformação quer ao nível do sistema relacional entre os membros do grupo, quer ao nível pessoal.

Apesar das diferenças de intensidade com que os processos evoluíram, encontramos em todos os grupos uma sequência de três fases:

- reprodução da vida na instituição e descoberta das inovações;
- crise;
- reorganização

que ilustraremos de uma forma resumida.

Reprodução da vida na instituição

Nas primeiras semanas os jovens reproduziram os comportamentos típicos e os papéis que desempenhavam na instituição: *leader*, rebelde, palhaço, etc., mas ao mesmo tempo estavam confrontado a condições de vida que não correspondiam às expectativas e à apreensão de estarem perante uma nova espécie de instituição. Na verdade o que encontraram foi uma casa normal em meio urbano; adultos disponíveis que respondiam às suas questões, discutiam e explicavam sempre as razões das regras e pedidos; possibilidade de organizar o tempo livremente, de sair, de encontrar no exterior os seus próprios amigos.

Todas estas descobertas provocavam nos jovens uma profunda desorientação que só foi verbalizada na terceira fase. Para os jovens só foi verbalizada na terceira fase. Para os jovens que não vinham directamente da instituição (Ravena), esta primeira fase foi muito breve e foi sobretudo marcada por tentativas visando pôr à prova a disponibilidade dos adultos.

Nessa primeira fase, os comportamentos dos adultos foram orientados por um certo número de pontos de referência extraídos

da primeira experiência de Bolonha. Eis alguns deles: receptividade aos pedidos das crianças; estar sempre pronto a dar explicações e justificações quando solicitadas pelos jovens; estar disponível e activo para tudo o que a vida quotidiana exigia (preparação das refeições, arrumações, etc.) sem calcular o tempo de trabalho; discrição e renúncia ao controlo de forma rígida dos comportamentos das crianças.

Crise

Esta fase observou-se em todos os grupos analisados. Podemos caracterizá-la enquanto fenómeno de grupo, na medida em que se verificou para o conjunto dos adolescentes em causa.

O seu comportamento era desordenado, aparentemente incompreensível, cheio de contradições (por exemplo: comer e dormir quando lhes apetecia, sem olhar a horas...); mas ao mesmo tempo manifestava-se continuamente a exigência de que os adultos estivessem presentes:

- os adolescentes procuravam o contacto físico com os adultos;
- exigiam dos adultos comportamentos protectores; por exemplo, pediam para lhes pegar ao colo;
- exerciam sobre os adultos um verdadeiro controlo (por exemplo, chamá-los ao telefone quando tinham saído, fazer perguntas sobre as suas actividades, entrar continuamente no seu quarto...);
- tentavam identificar-se aos adultos no que respeita a aparência física: vestiam-se com os seus fatos, maquilhavam-se com os seus produtos de beleza; mas também os imitavam nos seus gostos e actividades;
- pediam para ser tranquilizados quanto à normalidade do seu desenvolvimento físico;

- manifestavam por vezes, sobretudo as raparigas, comportamentos exibicionistas, particularmente na presença de visitas;
- não aceitavam quaisquer compromissos relativos quer à gestão do apartamento quer às actividades escolares.

Pensamos que os adolescentes viveram este período como uma procura de alargamento do seu campo de possibilidades, de actividades de conhecimento e de experiências emocionais.

Os adultos por seu lado viveram durante esse tempo numa implicação contínua, pois os adolescentes tinham em relação a eles uma atitude de procura constante. Durante este período, os adultos tiveram de enfrentar numerosos problemas com os vizinhos e os pais dos adolescentes, e consideraram esta fase como um período de tensões e de frustrações. Foi o que levou alguns a abandonar a experiência nesse momento, mas a maior parte aguentou a situação e ficou.

Reorganização

Em todos os grupos em que os adultos ficaram, deu-se a passagem da fase de desorganização a uma fase mais construtiva, caracterizada por comportamentos mais autónomos; esta mudança operou-se num lapso de tempo diferenciado para cada um dos adolescentes.

Primeiro, os jovens voltaram a interessar-se pela gestão da casa, pela ordem e pela limpeza.

Durante a primeira fase, os adultos tinham avançado a ideia — sem muita insistência — de fazer reuniões de discussão sobre a vida em comum, mas estas propostas não tinham encontrado eco. Durante a segunda fase que acabámos de descrever, os adultos tinham preferido não retomar este assunto.

Numa terceira fase, organizaram-se discussões de grupo sobre a vida colectiva por

iniciativa dos próprios jovens, utilizando os adultos como pretexto problemas de ordem material, tais como a gestão da casa e do dinheiro disponível; seguiram-se outras discussões espontâneas sobre questões mais individuais: análise da experiência pessoal de transformação — do orfanato ao pequeno grupo. Em tais ocasiões, manifestaram-se novas possibilidades de expressão verbalizada, o que lhes permitia falar de si próprios e da sua história pessoal, de verbalizar a sua nova forma de considerar os adultos e também de admitir explicitamente a inutilidade de persistir em certos comportamentos que marcavam a sua vida em instituição.

Os jovens exprimiam o sentimento de viver uma experiência original e pessoal, o que lhes permitia uma confrontação vantajosa com as crianças do exterior que, vivendo na sua família, não gozavam de tanta liberdade.

Mas isso acompanhava-se também de uma tomada de consciência mais clara das suas próprias dificuldades relativamente ao seu meio de origem (lares dissociados). Podia-se constatar também um alargamento do seu horizonte temporal em termos de perspectivas e projectos de futuro mais ou menos precisos.

Foi também nesta fase que a actividade escolar foi retomada e que o rendimento escolar melhorou claramente. Além do mais começaram a desenvolver relações selectivas com o exterior sob a forma de novas amizades.

4. A regularidade dos comportamentos que observámos faz-nos supor que as três fases não se sucederam de uma forma aleatória.

Estamos perante um dos nós fundamentais de todas estas experiências: *as modificações de comportamento que se manifestaram representam unicamente adaptações a uma nova situação menos estruturada ou são índices de um verdadeiro processo de transformação?*

É necessário reflectir nas condições que influenciaram e estão na base do processo de transformação pessoal.

Segundo Rogers (1945) e Gendlin (1964) todo o processo de transformação pessoal tem de se desenrolar no seio de uma profunda relação interpessoal e implica para o sujeito uma intensa actualização de sentimentos.

No entanto, nas situações que consideramos, os dois fenómenos desenrolam-se sobretudo numa fase precisa: a que chamamos «fase de crise». Estes rapazes vivem uma verdadeira tempestade emotiva que se vinha preparando nos momentos de descoberta e apropriação de oportunidades inesperadas, nas relações com adolescentes da mesma idade, com o meio mais próximo, com os objectos de mobiliário mas sobretudo com os adultos significativos, ou seja, os educadores. Esta situação atinge o seu ponto culminante nos momentos mais desorganizados e caóticos que se prolongaram por vezes durante algumas semanas. A relação com os adultos do grupo caracteriza-se por uma exigência explícita: devem estar presentes, próximos fisicamente. No quadro de uma relação total deste género, os episódios de comunicação intensa são frequentes, sobretudo a um nível não verbal.

O significado de transformação em profundidade dos fenómenos observados parece-nos evidente; temos também em conta as transformações sucessivas respeitantes aos comportamentos organizados e autónomos que nunca até aí tinham sido assumidos.

O significado de transformação da mesma sequência de fenómenos observados nos diferentes «grupos de apartamento» pode ser ulteriormente confirmado se tivermos em conta de uma forma mais directa o ponto de vista psicossocial. Podemos então defini-lo como um processo de dessocialização-ressocialização e para tal referimo-nos ao esquema conceptual de Berger e Luckman (1966). Segundo estes autores todo o pro-

cesso implicando mudanças profundas do curso da socialização secundária implica:

- um sentimento subjectivo de transformação total; o indivíduo tem a impressão de mudar o mundo;
- uma redistribuição acentuada dos valores da realidade, certos elementos do meio social, antes predominantes, perdem a sua importância, enquanto outros elementos antes desvalorizados vêm ao primeiro plano;
- a presença de ligações afectivas intensas com pessoas significativas; estas ligações parecem comparáveis do ponto de vista qualitativo aos da criança com a figura materna nas primeiras fases de desenvolvimento social.

Ora, a partir do momento em que estes adolescentes viveram experiências precedentes, é absolutamente necessário para eles viver uma fase durante a qual a precedente estrutura convencional da realidade objectiva seja demolida, ou seja, desintegrada; é o que chamamos fase de dessocialização. Durante esta fase o comportamento parece confuso, desprovido de sentido, contraditório pois o sujeito nega os valores dos parâmetros que utilizou até esse momento para dar uma certa ordem às suas acções. Por outro lado, ainda não se vê claramente o seu sistema de referências. É por isso que o indivíduo arrisca «perder-se»; ou porque os outros «significativos» não toleram o seu comportamento, tentam bloqueá-lo ou levá-lo para posições já ultrapassadas, ou porque o abandonam a si próprio aumentando a sua confusão e as suas contradições.

Comportamentos semelhantes aos que se manifestaram na fase de crise foram também observados por Redl e Wineman durante a experiência da «Pionner House» e foram interpretados numa óptica psicanalítica como alterações das funções de controlo do Eu (1964, pp. 87-167).

A comparação das observações recolhidas por estes dois autores com as nossas, apresenta numerosas analogias, podendo os comportamentos da fase de crise dos adolescentes dos «grupos de apartamento» ser interpretados como sintomas de carência das funções do Eu.

No entanto parece-nos que se pode compreender ainda melhor o significado da fase de dessocialização que secunda esta fase durante o processo de transformação se a considerarmos enquanto expressão de uma verdadeira regressão do comportamento: atribuímos ao conceito de regressão a definição operacional dada por Lewin (1959, pp. 93-194). Com efeito, segundo Lewin, a regressão consiste essencialmente numa série de fenómenos relativos tanto ao comportamento como à estrutura pessoal do indivíduo. Na prática, a regressão coincide com a organização menos complexa e mais elementar do comportamento da qual não é senão uma variedade; coincide também com a diminuição da unidade orgânica da pessoa, com uma restrição da esfera de actividades e de interesses, com uma diminuição da capacidade de distinção entre o real e o irreal. O julgamento sobre os fenómenos de regressão não deve ser absoluto, é melhor referi-lo ao nível de desenvolvimento da estrutura pessoal e da organização do comportamento num momento dado da evolução do indivíduo; se a frustração é causa principal da regressão, podem no entanto existir também fenómenos de regressão temporária (e bastante longos) também devidos a intensos fenómenos emocionais.

Pensamos que é possível definir os fenómenos de regressão temporária do comportamento como certos momentos durante os quais os adolescentes dos «grupos de apartamento» perdem os ritmos do dia, não comem à mesa mas sim durante a noite, não se alimentam «racionalmente» mas de fruta e bolos, não dormem de noite mas durante o dia, se abandonam a incompreensíveis querelas que incomodam toda a vizinhança,

etc. Pensamos, ainda, que com muita prudência, que se podem considerar como fenómenos de regressão temporária do indivíduo, as situações, aliás bastante raras, em que os adolescentes mostram que não podem passar sem o contacto físico com os adultos quando começam a chuchar no dedo, sentados nos joelhos do adulto, numa palavra, quando comunicam de uma forma quase primitiva e não verbal.

No quadro do esquema de referência de Lewin, formulamos a hipótese de que estes momentos de regressão permitem ao adolescente quebrar as limitações que a experiência institucional precedente tinha imposto ao seu «espaço de movimentação». É assim que se abrem novas possibilidades de intervenção sobre o real que se consolidarão a seguir na fase que chamamos de ressocialização.

5. Após sete anos do início da experiência todos os «grupos de apartamentos» concluíram o ciclo da sua actividade. Isso foi possível pois a maioria dos rapazes ou voltou para a família continuando a escolaridade começada ou no caso dos mais velhos prosseguiu a sua integração no trabalho com o apoio de um lar para jovens.

Em alguns casos, pelo contrário, as autoridades locais não resistiram às transformações havidas na fase de crise, pondo um ponto final nas experiências de grupo por razões de ordem pedagógica, tendo os rapazes entrado noutras instituições.

Para os poucos rapazes definidos como débeis mentais e para os quais não se viam possibilidades a curto prazo de entrada na escola, realizou-se uma integração em oficinas protegidas.

Os educadores empregados nos «grupos» foram incumbidos dos serviços de ajuda em casa que se seguiram aos primeiros meses de vida em família, na escola e no trabalho, tendo ainda contribuído nos serviços sociais do bairro para a prevenção das condições de crise que constituem o ponto de partida da colocação em instituição.

Numa tentativa de fazer o balanço destas experiências, podemos dizer que elas nos permitiram verificar a eficácia de um certo número de condições estruturais e dinâmicas que podem dar lugar a um sistema de relações fluidas e à construção de regras, de normas e de valores a partir das condições concretas dos membros destes pequenos grupos, tudo isto com o objectivo de ressocialização de rapazes e raparigas colocados anteriormente em instituições e/ou com perturbações do comportamento e mesmo para indivíduos diagnosticados como débeis mentais.

Estas experiências permitem-nos também avançar a hipótese de que as condições de que falamos são utilizáveis para avaliar instrumentos de ajuda social à infância chamados na literatura de língua francesa «colocação familiar» normal ou especializada, e na literatura anglo-saxónica *foster homes* e *family group homes*.

Infelizmente como recentemente verificámos (Carugati *et al.*, não publicado) quase não há nas duas literaturas estudos que ultrapassem o nível descritivo no sentido de avaliar a eficácia destes instrumentos face ao processo de socialização/ressocialização vivido por jovens e não há sobretudo nenhuma sugestão quanto os critérios de avaliação.

Pensamos que é altura de introduzir este tipo de exigências no debate europeu sobre as intervenções de ajuda social à infância, tanto mais que no esforço de planificar serviços «novos» e «alternativos» poder-se-á recorrer a fórmulas simplesmente importadas do estrangeiro, sem uma prévia verificação dos critérios e objectivos que presidiram à sua promoção.

As experiências que acabamos de apresentar parecem-nos sugerir que tais grupos podem promover a ressocialização dos jovens e prevenir a colocação em instituições, mas os efeitos a longo prazo devem ser assegurados através da planificação dessas intervenções a nível dos serviços sociais para

todos os menores de uma comunidade (bairro, pequena cidade) e através de uma política visando a criação de postos de trabalho para os jovens.

RESUMO

Partindo de uma contestação às instituições-internatos, o autor apresenta os «grupos de apartamento» como uma tentativa para as ultrapassar.

A primeira experiência foi feita em Bolonha durante o ano de 1970-1971 e os grupos foram alojados em apartamentos comuns, acompanhados por 3 educadores; cada grupo tinha 6 a 8 raparigas.

Experiências semelhantes foram feitas noutras cidades, no período de 1972 a 1976 em Ravena, Ferrara e Imola.

Após uma fase de crise por que passaram os grupos, verificou-se uma outra de reorganização caracterizada por comportamentos mais autónomos.

O autor avança a sugestão de que estes grupos podem promover a ressocialização dos jovens e prevenir a colocação em instituições.

SUMMARY

Leaving from a contestation of «Institution-boarding school», the writer introduces the «group-flat» as an attempt to go beyond them.

The first experience took place at Bolonha in the year of 1970-71 and the groups that had been lodged in ordinary flats, were followed by 3 educators and were composed ou 6 to 8 girls.

Similar experiences took place at other cities, like Ravena, Ferrara and Imola during the period of 1972-76.

After passing through a crisis phase, the groups had another one of reorganisation

wich was characterized by a more autonomous behaviour.

The writer advances the suggestion that the groups can promote the youth resocialization and prevent the placing in boarding-schools.

REFERÊNCIAS

- BERGER, P. L. e LUCKMANN, T. (1966) — *The Social Construction of Reality*, Doubleday & Co., New York.
- BONINI, M. C.; CARUGATI, F.; DE PAOLIS, P.; EMILIANI, F. e PALMONARI, A. (1976) — *Divertare uguali*, Coines Edizioni, Roma.
- CARUGATI, F.; CASADIO, G.; LENZI, M.; PALMONARI, A. e RICCI BITTI, P. E. (1973) — *Gli orfani dell'assistenza*, Il Mulino, Bologna.
- CARUGATI, F.; EMILIANI, F. e PALMONARI, A. (1977) — *Il possibile esperimento*, A. A. I., Roma.
- CARUGATI, F.; BARBIERI, P.; DE PAOLIS, P.; BUNDIES, S. e ORECCHIA, M. — *Tutte le lingue parlano assistenza*, A. A. I., Roma (relatório de investigação não publicado).
- GENDLIN, E. (1964) — «A Theory of Personality Change», in Worchel, P. e Byrne, D. (eds.) *Personality Change*, J. Wiley and Sons, Chicago.
- LEWIN, K. (1959) — *Psychologie Dynamique*, P. U. F., Paris.
- PALMONARI, A.; EMILIANI, F. e CARUGATI, F. (1976) — «Resocialisation d'adolescents à travers une expérience communautaire», *Enfance*, 4-5, pp. 481-494.
- REDL, F. e WINEMAN, D. (1964) — *L'Enfant Agressif*, Éditions Fleurus, Paris.
- ROGERS, C. R. e DYAMOND, R. (eds.) (1954) — *Psychotherapy and Personality Change*, University of Chicago Press, Chicago.
- TAJFEL, H. (1972) — «La catégorisation sociale», in Moscovici, S. (ed.) *Introduction à la Psychologie Sociale*, Larousse, Paris.
- TARJAN, G.; TIZARD, J.; RUTTER, M.; BEGAB, M.; BROOKE, E. M.; DE LA CRUZ, F.; LIN, T. Y.; MONTENEGRO, H.; STROTZKA, H. e SARTORIUS, N. (1972) — «Classification and mental retardation: issues arising in the Fifth W.H.O.». Seminar on psychiatric diagnosis, classification and statistics, *American Journal of Psychiatry*, 128, n.º 11, Ma Suppl., pp. 3-14.
- ZIMMERMAN TANSELLA, C. (1974) — «Il ritardo mentale: problemi di classificazione», *Rivista di Psichiatria*, pp. 541-564.